

Diário nos bairros



Vazamento de gás interdita Avenida Portugal

Emanuelle Loli - estagiária

Nessa quinta-feira (28), a Avenida Portugal, conhecida também como “rua da antiga batata frita”, foi detectado um vazamento de gás.

A Naturgy, empresa de gás natural, informou ao Diário que o escapeamento de gás em sua rede localizada na Avenida Portugal, no bairro Valparaíso, em Petrópolis, foi sanado às 10h50m. A rede de gás foi atingida acidentalmente por terceiros na manhã desta quinta-feira, 28/08. Técnicos da companhia continuaram no local para executar os últimos reparos, que foram finalizados por volta das 13h.

“Para evitar situações como esta, a Naturgy desenvolveu um guia para obras em vias públicas nos municípios abastecidos por gás canaliza-

do. Esse guia recomenda que as concessionárias entrem em contato com a Naturgy antes de executar qualquer trabalho, para obter o cadastro das redes de gás. A Naturgy mantém um cadastro atualizado e equipes especializadas na vigilância e no acompanhamento de obras, que podem orientar a perfuração do solo para evitar que a rede de gás seja atingida”, disse em nota.

Os bombeiros foram acionados. A área foi liberada às 11h15.

Em caso de cheiro de gás, a orientação é ligar para a Central de Emergência da Naturgy, que funciona todos os dias, 24 horas. O número é 08000-240197 ou o Corpo de Bombeiros 193.

Até o fechamento desta edição a rua continuava interdita por uma obra na rede fluvial.

Unita cobra mais fiscalização de obras em Itaipava

Mesmo sendo um dos principais polos econômicos e turísticos de Petrópolis, Itaipava segue enfrentando problemas estruturais por conta da distância do Centro Histórico, onde está concentrado o núcleo administrativo da Prefeitura. A falta de atenção se reflete em diversas áreas — de transporte e saúde até a ausência de agentes de trânsito — e agora volta ao debate diante de falhas na fiscalização de obras particulares.

A polêmica mais recente envolve a construção de um supermercado na Estrada União e Indústria. O empreendimento, que deveria, de acordo com orientações da prefeitura, ter previsto um recuo de calçada e uma baia para ônibus em frente à loja, deixou de realizar as adequações necessárias. Com isso, os coletivos que passam pelo local são obrigados a parar no meio da via, provocando retenções em uma das principais estradas do distrito. O problema afeta tanto a sociedade, com mais congestionamentos, o que se traduz em perdas financeiras e de qualidade de vida quanto o próprio empreendimento, que terá de refazer parte da obra e arcar com novos custos.

Para a Unidos por Itaipava (Unita), associação formada por empresários e moradores que atua em prol da mobilidade urbana e da qualidade de vida no distrito, o episódio evidencia a ausência de presença efetiva por parte da Prefeitura não apenas na fiscalização de obras, mas no dia a dia do distrito em todas as necessidades básicas de ordenamento urbano e ser-



DIVULGAÇÃO

ASSOCIAÇÃO chama a atenção para a precariedade de fiscais e serviços públicos

viços à população.

Dados da própria Prefeitura mostram que o desafio não é pontual. O Núcleo de Fiscalização de Obras Particulares (Nufic) recebe em média mais de 50 denúncias por mês, mas conta com apenas sete fiscais para cobrir toda a cidade. Em 2019, a gestão chegou a anunciar a convocação de sete concursados para reforçar o setor, mas mesmo com esse número dobrando, ainda é considerado insuficiente para atender à demanda de um município do porte de Petrópolis.

“É incompreensível que uma obra de grande porte tenha avançado sem que a fiscalização observasse uma irregularidade tão

evidente. O resultado é prejuízo para todos: para a sociedade, que convive com um trânsito ainda mais complicado, e para o próprio empreendimento, que terá de refazer parte da obra para se adequar às exigências”, afirma o presidente da Unita, Alexandre Plantz.

A associação questiona ainda por que o problema não foi identificado durante a execução da obra, quando seria possível embargar e corrigir as falhas antes da inauguração. “Agora, além de lidar com o impacto no trânsito, a comunidade terá de enfrentar um novo período de transtornos enquanto o supermercado realiza as adaptações”, reforça Plantz.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 29/08/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

ATA DA 10ª SESSÃO DO 2º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Pleno da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e cinquenta e três minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPE-DIENTE:** Projeto de Lei nº: 7675, 8006, 8007, 8008 e 8011/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 7946, 8000 e 8001/2025 do Vereador Júnior Coruja; Projeto de Lei nº: 7964/2025 do Vereador Carlos Alberto; Projeto de Lei nº: 7965/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 7995, 7996 e 7997/2025 do Vereador Tiago Leite; Projeto de Lei nº: 8013/2025 da Vereadora Gil Magno e do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 8013/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Projeto de Resolução nº: 8005/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Requerimento de Informação nº: 7955, 7956 e 7957/2025 do Vereador Léo França; Indicação Legislativa nº: 7954/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 7943 a 7945, 7988, 7989 e 7991/2025 do Vereador Léo França; Indicação nº: 7948/2025 do Vereador Wesley Barreto; Indicação nº: 7949, 7950, 7986 e 7998/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 7951, 7952, 7959, 7961 a 7963, 7968 a 7971, 7973 a 7980 e 7982/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 7953/2025 do Vereador Dudur; Indicação nº: 7958, 7960 e 7981/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 7972/2025 do Vereador Tiago Leite; Indicação nº: 8009 e 8010/2025 do Vereador Junior Paixão, Indicação nº: 8012/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Léo França solicitou a inversão de pauta e com anuência dos demais Vereadores, o Senhor Presidente, passou então à **ORDEM DO DIA:** Colocado em discussão e votação única o GP Veto nº: 409/2025 CMP (7366/2025); o Veto foi mantido com 05 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Wesley Barreto; Registre-se que o Vereador Dr. Aloísio, o Vereador Gil Magno, o Vereador Junior Paixão e o Vereador Octávio Sampaio votaram a favor do veto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3248/2025 do Vereador Carlos Alberto; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 5550/2025 do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador

Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 4383/2025 do Vereador Dr. Aloísio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação única a Indicação Legislativa nº: 4397/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; a Indicação foi aprovada com 08 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Junior Paixão, do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação única e em bloco das Indicações nº: 1009, 1013, 1015, 1959, 1962, 2009, 3750, 3752, 3754, 4272, 4384, 4409, 4701, 4702, 4703, 4954, 4956, 4958, 6155, 6490, 6503, 6749, 7745, 7754, 7886, 7891, 7905, 7919, 7934 e 7935/2025; as Indicações foram aprovadas com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida e do Vereador Wesley Barreto; Terminada a **ORDEM DO DIA**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim o primeiro Vereador: 1) **LEO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. afirmou que tem acompanhado atentamente o portal de transparência da prefeitura e que subiu à tribuna para apresentar um relatório sobre a dívida contraída pelo município com os fornecedores da administração direta, da Secretaria de Saúde e do Fundo Municipal de Educação. Segundo ele, em apenas oito meses de governo, a dívida já ultrapassa R\$ 120 milhões, sendo R\$ 58 milhões apenas na área da saúde. Destacou que essa informação está publicada no portal da transparência, razão pela qual fez questão de apresentá-la em plenário, para evitar questionamentos quanto à veracidade. Ressaltou que, enquanto a prefeitura está devendo medicamentos e merenda escolar, não deixa de pagar o vale-educação e mantém compromissos com os empresários de ônibus. Recordou que, em audiência realizada em 23 de julho, o prefeito havia se comprometido a pagar a categoria apenas em 10 de agosto, mas acabou antecipando o pagamento para o dia 24 de julho, fato também confirmado no portal de transparência. Demonstrou preocupação com a situação financeira do município, que vive uma calamidade pública. Crítico o comportamento do prefeito, que, após audiência no Tribunal de Justiça, limitou-se a gravar um vídeo superficial e não apresentou um plano de contingência nem convocou reunião com os secretários para tratar dos cortes necessários. Para ele, o chefe do Executivo evita encara a realidade e se limita a dizer que “a cidade vive um dia de cada vez”, quando, na verdade, as necessidades, como a merenda escolar, são imediatas. mencionou ainda que o governo federal liberou R\$ 24 milhões para o Fundo Municipal de Saúde. Reforçou a necessidade de fiscalização sobre o uso desses recursos, defendendo que sejam aplicados de forma responsável, com prioridade para o pagamento de prestadores e serviços essenciais. Citou relatos

de pacientes que chegam às UPAs e enfrentam demora excessiva, de até oito horas, para realizar exames simples. Lembrou que o prefeito foi eleito com 108 mil votos e precisa assumir a responsabilidade do cargo. Advertiu que, no próximo dia 29 de agosto, a prefeitura deverá encaminhar a Lei Orçamentária Anual à Câmara, mas até agora não houve nenhuma reunião ou debate sobre a peça. Crítico a possibilidade de o Executivo encaminhar um orçamento reduzido para áreas essenciais, como saúde e educação, e defendeu a formação de um grupo de trabalho, com apoio da vereadora Júlia e demais parlamentares, para analisar a proposta e apresentar as devidas emendas. Em sua fala, recordou ainda que, em um podcast gravado após as eleições, o atual prefeito havia afirmado que a questão do ICMS não seria difícil de resolver, prometendo que Petrópolis receberia os repasses adicionais já a partir de janeiro. No entanto, ao assumir o cargo, não conseguiu viabilizar acordos nem com o governo estadual, nem com o federal. Acusou o prefeito de se contradizir, dizendo em Brasília que era aliado do presidente Lula e, em seguida, afirmando a assessoria que havia “enganado mais um ministro”. Também criticou o colapso no transporte público municipal. Segundo ele, o prefeito prometeu melhorias e tarifas mais baixas, mas o resultado foi o fim da integração, criando dois tipos de tarifa: R\$ 5,60 e R\$ 4,90. Isso, na prática, prejudica os usuários que precisam utilizar mais de uma linha de diferentes empresas. Questionou ainda se o prefeito terá coragem de recorrer judicialmente dessa decisão, uma vez que sempre declara que “decisão judicial é para ser cumprida”. Outro ponto abordado foi o fechamento da base do SAMU no Meio da Serra, cuja ambulância está quebrada há uma semana. Relatou que os próprios funcionários do posto de saúde, localizada a poucos metros da base, desconheciam a situação, revelando falhas graves na gestão da Secretaria de Saúde. Encerrando sua fala, destacou a necessidade de retomar o debate sobre as nove unidades de saúde que deixaram de ser administradas pelo SEHAC e passaram para o Fundo Municipal de Saúde. Crítico a intenção de demitir funcionários para recontratá-los via RPA, mesmo após o prefeito ter declarado em audiência que não faria novas contratações nesse regime. Reafirmou, por fim, o compromisso de manter um mandato participativo, combativo e sempre ao lado da população que mais precisa. Agradeceu e despediu-se. 2) **JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Lembrou que o debate sobre o transporte público em Petrópolis não é novo, mas que, naquele momento, trataria especificamente do aumento da tarifa dos ônibus. Ressaltou que não era necessário repetir o quanto esse reajuste é absurdo, pois a população conhece bem a precariedade do serviço prestado, tanto pela má conservação da frota quanto pela ausência de veículos em diversas linhas. Como exemplo, destacou a situação do bairro Boa Vista, que historicamente contava com dois ônibus na linha e, atualmente, dispõe de apenas um, após a caducidade dos contratos da Petrolita e da Cascatinha e a celebração de contratos emergenciais com outras em-

presas. Enfatizou que a justificativa da empresa de que não há demanda para dois veículos é falsa, visto que sempre houve essa necessidade. Ela salientou que a precariedade do transporte afeta não apenas os usuários, mas também os trabalhadores rodoviários, que chegaram a paralisar suas atividades por falta de pagamento de salários. Para ela, diante de tantas falhas, o aumento da tarifa é uma decisão amarga, pois se trata de uma das passagens mais caras do estado, sem que o serviço seja eficiente. Esclareceu, entretanto, um ponto que, segundo ela, gera confusão no imaginário coletivo: embora o reajuste tenha sido homologado judicialmente, a decisão se baseou em planilha elaborada pela CPTrans — portanto, pela própria prefeitura. Essa planilha, por sua vez, foi construída a partir de dados fornecidos pelo sindicato das empresas de ônibus. Questionou a confiabilidade dessas informações, lembrando que a CPTrans não tem controle efetivo sobre a bilhetagem, a depreciação da frota ou a quilometragem rodada, além de parte dos veículos estar com prazo de utilização vencido. Explicou que, por esse motivo, foi enviado um ofício à Quarta Vara questionando os dados apresentados e solicitando uma perícia judicial, para que se obtenham informações reais sobre a quantidade de passageiros, a depreciação dos veículos e a quilometragem efetivamente percorrida. Observou que a planilha atual apresenta dados semelhantes aos de 2023, apesar da significativa redução da frota após os contratos emergenciais. Defendeu a necessidade de complexificar o debate, lembrando que sempre pautou a importância da municipalização do transporte público, já que empresas privadas visam ao lucro, mas, em serviços essenciais, o monopólio natural elimina a concorrência e impede a melhoria da qualidade. Citou como exemplo o BRT no Rio de Janeiro, encampado pelo poder público, que passou a controlar a bilhetagem e garantir a mobilidade como direito social. Por fim, destacou que o Executivo municipal tem falhado há meses sobre um plano de contingência para o transporte, mas até o momento não apresentou nada de forma transparente, nem mesmo ao Comutran (Conselho Municipal de Trânsito e Transportes). Ressaltou que suas críticas não têm caráter meramente oposicionista, mas buscam contribuir para que seja garantido à população o transporte público enquanto direito constitucional. Agradeceu e despediu-se. **Registre-se** que o Vereador Gil Magno solicitou que constasse em ata a ausência da Vereadora Gilda Beatriz por motivo de saúde. **Registre-se também** que o Vereador Dr. Aloísio solicitou a justificativa da ausência do Vereador Marquinhos Almeida, igualmente por motivo de saúde. Ato contínuo, 3) **PROFESSORA LIVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Ressaltou a importância do espaço como representação política da cidade, para denunciar a forma como a violência ainda ocupa espaço em Petrópolis. Relatou, de forma lamentável, o episódio ocorrido no dia anterior, quando a imagem de Marielle Franco, pintada na Praça da Liberdade por um artista local, foi pichada com inscrições de cunho racista, LGBTfóbico e caracterizando violência política de gênero. Destacou

que esse tipo de ataque é simbólico: quando mulheres ocupam espaços na política, muitos se sentem ameaçados e recorrem a esse tipo de violência para tentar silenciá-las. Considerou ainda mais grave a postura da Prefeitura Municipal, que, em sua página oficial, tratou o episódio como simples depredação de patrimônio, sem reconhecer o caráter de intolerância, racismo e violência política envolvido. Reforçou que racismo, LGBTfobia e violência política de gênero são crimes, e que o racismo, por exemplo, é inafiançável. Defendeu que os responsáveis precisam ser exemplarmente punidos e pediu a imediata restauração da imagem de Marielle, que já havia sido violentada em 2024. Na sequência, abordou suas visitas a escolas, centros de educação infantil e unidades básicas de saúde, inclusive obras que deveriam estar em andamento. Relatou que esteve novamente no canteiro onde deveria ser construído um novo centro de educação infantil no bairro Vicenzo Rivetti, mas encontrou as obras paralisadas. Segundo ela, da última vez em que denunciou o caso, a prefeitura limitou-se a capinar o terreno, sem dar continuidade à construção. Isso, na avaliação da vereadora, prejudica tanto as famílias que aguardam vagas para seus filhos quanto os profissionais aprovados em concurso, que seguem sem ser convocados. Também criticou os cortes feitos pelo governo municipal em áreas essenciais, como saúde, merenda e educação, sob a alegação de falta de recursos. Citou o caso da Unidade Básica de Saúde do Vicenzo Rivetti, que passará a ser transformada em Estratégia de Saúde da Família. Ressaltou que, embora esse modelo tenha seu valor, ele não conta com médicos especialistas e funciona com atendimento limitado, o que precariza o atendimento de uma região numerosa, com mais de 700 apartamentos, além de comunidades próximas como o Vale do Carangola. Por fim, afirmou que a decretação de calamidade financeira pelo prefeito não significa ausência total de recursos, mas sim uma redefinição de prioridades. Questionou se a gestão dará prioridade ao pagamento de empresários aliados ou ao atendimento das necessidades urgentes da população. Concluiu garantindo que seguirá visitando escolas, centros de educação infantil e unidades de saúde, cumprindo sua função de fiscalizar e verificar para onde está sendo direcionado o dinheiro público, já que, segundo ela, não tem sido para o povo. Agradeceu e despediu-se. 4) **TIAGO LEITE, PSD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou o ambiente de distorção que muitas vezes se cria nas redes sociais e por parte de pessoas que buscam desvirtuar suas palavras. Esclareceu que, em todas as vezes em que subiu à tribuna para falar sobre o Hospital Clínico de Corrêas (HCC), jamais teve a intenção de gerar críticas a todos os profissionais da unidade. Ressaltou que atos isolados de alguns funcionários não podem ser confundidos com a conduta da maioria, formada por profissionais competentes e comprometidos. Denunciou a tentativa de desinformação em torno da audiência pública marcada para o dia 28, às 19h, nesta Casa Legislativa. Segundo ele, estão espalhando a falsa ideia de que a audiê-

cia teria como tema a demissão de funcionários do HCC, quando, na realidade, o objetivo é debater melhorias no atendimento aos pacientes e nas condições de trabalho dos profissionais. “Se o hospital não fornece as ferramentas adequadas, nem o melhor profissional conseguirá oferecer um atendimento de qualidade”, afirmou. Reforçou que sua luta é dupla: em defesa dos pacientes e também dos trabalhadores da unidade, para que recebam salários em dia e tenham ambiente adequado de trabalho. Crítico a gestão do hospital por tentar conduzir os funcionários ao erro, orientando-os a participar da audiência pública com o intuito de atrapalhar o debate legítimo da população. Citou o caso de uma fisioterapeuta recém-contratada que, com menos de um mês de trabalho, protagonizou um episódio de desumanidade com familiares de pacientes, o que, segundo ele, não pode ser admitido. Mas reforçou: isso não deve servir para desqualificar todos os profissionais do HCC, muitos dos quais conhecem e reconhecem como altamente competentes. Denunciou também que a administração do hospital justifica atrasos salariais alegando falta de repasse da prefeitura. Para ele, essa prática é inaceitável, uma vez que os contratos de convênio com o município não substituem a obrigação do hospital de honrar diretamente seus compromissos com os trabalhadores. Em seguida, chamou atenção para problemas no Hospital Nelson de Sá Earp. Denunciou casos de médicos que recebem para jornadas integrais, mas cumprem horários reduzidos e realizam atendimentos em tempo insuficiente para oferecer a devida atenção aos pacientes. “Não é possível que um médico atenda 40 pessoas em 38 minutos”, criticou. Alertou que tais práticas acabam gerando descrédito injusto sobre o prefeito e sobre os vereadores, que muitas vezes nem têm conhecimento dos fatos. Comprometeu-se a levar pessoalmente essas denúncias ao prefeito e ao secretário de saúde para que providências sejam tomadas. Por fim, fez uma grave denúncia sobre medicamentos adquiridos para o tratamento de artrose. Informou que, embora o governo tenha comprado os remédios — caros e aguardados por pacientes desde 2022 —, a Secretaria de Saúde não chamou os beneficiários e agora existe o risco de que o estoque vença no dia 31 deste mês. “Não podemos permitir que idosos sofram a ponto de precisar de próteses, enquanto o medicamento está comprado e parado”, afirmou. Concluiu garantindo que continuará cobrando dignidade no atendimento e respeito aos pacientes e profissionais. afirmou que, mesmo depois de deixar a vida pública, seguirá fiscalizando como cidadão, pois esse é um direito e um dever de quem não aceita ver a população ser lesada. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS, e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e vinte e cinco minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e sete de agosto às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins